



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa prestadora de serviço de veiculação de vídeos institucionais da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, em canal de TV aberta, com alcance em toda Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento.

1.2.	Requisitante:	Secretaria de Gabinete do Prefeito
1.3.	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico - Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020 - Lei Federal 10.520/2002 c/c Lei Federal 8.666/1993 - EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
1.4.	Período:	12 (doze) meses
1.5.	Tipo:	Menor preço global nos termos da Lei nº. 8.666/93

2. DO SERVIÇO

2.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços de veiculação de vídeos institucionais, para atender as necessidades do Município pelo período de 12 (doze) meses, considerando as especificações e necessidades abaixo demonstradas:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 7h às 8h (de segunda à sexta)	UND	20
2	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 7h às 8h (de segunda à sexta)	UND	10
3	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 8h às 9h (de segunda à sexta)	UND	20
4	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 8h às 9h (de segunda à sexta)	UND	20
5	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 9h às 10h (de segunda à sexta)	UND	10
6	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na		



		faixa horária compreendida das 9h às 10h (de segunda à sexta)	UND	20
7	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 12h às 13h (de segunda à sexta)	UND	50
8	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 12h às 13h (de segunda à sexta)	UND	20
9	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 18h às 19h (de segunda à sexta)	UND	25
10	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 18h às 19h (de segunda à sexta)	UND	10
11	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 19h às 20h (de segunda à sexta)	UND	30
12	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 16h às 18h (aos sábados)	UND	15
13	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 9h às 10h (aos domingos)	UND	15
14	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 12h às 13h (aos domingos)	UND	20
15	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 14h às 16h (aos domingos)	UND	5
16	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 14h às 16h (aos domingos)	UND	10
17	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 18h às 21h (aos domingos)	UND	25



18	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 21h às 23h (aos domingos)	UND	25
----	-----	--	-----	----

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A contratação em tela é necessária para informar à população em geral, de maneira clara, objetiva e rápida, sobre as atividades, ações e demais notícias de utilidade pública da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, considerando os Princípios Constitucionais, em especial, ao Princípio da Publicidade, que garante à Administração Pública mais transparência nas suas atividades governamentais, relações institucionais e estreitamento de comunicação com o cidadão.

3.2. Da mesma forma que esta transparência possibilita a qualquer pessoa acompanhar as atividades dos órgãos públicos, no âmbito municipal, uma vez que haverá uma maior veiculação de notícias, avisos, comunicados, campanhas em caráter informativo, trazendo um melhor conhecimento dos interessados, neste caso, todos da região serrana, principalmente os munícipes, acerca das ações da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

3.3. O quantitativo estimado baseia-se nas divulgações feitas pela Subsecretaria de Comunicação Social, nos últimos três meses, através do perfil institucional da Prefeitura de Nova Friburgo nas redes sociais e também no seu site.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.2.	Elemento de Despesa:	33.90.39.10
5.1.3.	Fonte de Recurso:	150000000000
5.1.4.	Programa de Trabalho:	02002.0413100022.006

5.2. As notas fiscais, bem como os documentos auxiliares, deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO

NOVA FRIBURGO - RJ CEP: 28613-001.

6. FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1. O processo em epígrafe tem por objetivo a contratação de empresa especializada em serviços de veiculação de vídeos institucionais da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, em canal de TV aberta, com alcance em toda Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

6.2. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade os materiais, equipamentos e pessoal especializado necessários para a execução dos serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação;

6.3. Estima-se a divulgação de campanhas mensais, sendo o quantitativo destinado a cada uma delas definido pelos profissionais técnicos da SECOM, seguindo critérios de Comunicação, podendo o saldo de inserções contratadas ser remanejado para melhor adequação das necessidades de cada campanha e da Administração Municipal visando obter o maior alcance e maior efetividade.

6.4. A emissora de TV CONTRATADA deverá:

6.4.1. Ter cobertura abrangente em toda Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro;

6.4.2. Realizar a inserção dos anúncios de acordo com o material produzido e fornecido pela CONTRATANTE, para exibição dentro da programação normal diária, conforme as especificações estabelecidas e obrigações assumidas;

6.4.3. Veicular o material fornecido pela CONTRATANTE, em formato MP4 ou outro de igual ou superior qualidade, acordado entre as partes, nos horários estabelecidos nas especificações técnicas;

6.4.4. Garantir que a reprodução de som e de imagem ocorra com qualidade igual ou superior daquela contida na mídia original;



- 6.4.5. Garantir que a transmissão do sinal das imagens e de áudio seja límpida, sem ruído, sem chiado, sem interferências ou quaisquer outros que possam comprometer a qualidade da recepção das transmissões;
- 6.4.6. Cumprir rigorosamente o código Civil e as Normas Técnicas da ABNT;
- 6.4.7. Ter alcance mínimo de share de 40% (quarenta por cento) na região, reconhecido por órgão de credibilidade nacional na verificação de veiculação de audiência de TV;
- 6.4.8. Deverá estar devidamente outorgada pelo Ministério das Comunicações e Anatel;
- 6.4.9. Garantir que o conteúdo programado para o horário seja integralmente reproduzido ao longo de toda a vigência contratual;
- 6.4.10. Garantir que as transmissões não serão compartilhadas com o mesmo espaço de anúncios publicitários não condizentes com a seriedade do Município;
- 6.4.11. Manter equipe técnica capacitada a executar intervenções operacionais e de manutenção nos equipamentos durante os horários programados para as transmissões a fim de que não haja interrupção dos serviços.
- 6.4.12. Assegurar que em caso de interrupção ou alteração da transmissão irá imediatamente providenciar as medidas técnicas e operacionais para restabelecimento do sinal e informar ao servidor designado o ocorrido e encaminhar justificativa da interrupção do serviço para análise do gestor, sob pena de glosa de pagamento, exceto nos casos que se demonstre caso fortuito ou força maior;
- 6.4.13. Indicar representante técnico com competência para proceder ao acompanhamento, fiscalização e informações sobre a execução do objeto;
- 6.4.14. Apresentar, quando solicitado, indicadores de alcance de transmissão (audiência) por dia e horário de exibição, no município e/ou em cada município, considerando o alcance de toda a região serrana do Estado do Rio de Janeiro.
- 6.5.** A empresa vencedora do certame deverá iniciar os serviços após o recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, sendo que os serviços a serem efetuados na própria sede da proponente, através de pessoal contratado por esta.
- 6.6.** A empresa contratada deverá realizar a inserção dos anúncios de acordo com o material produzido e fornecido pelo servidor designado para exibição dentro da programação normal diária, conforme as especificações estabelecidas e obrigações assumidas.
- 6.7.** A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, a planilha de comprovação de inserção de veiculação, separadamente, devidamente assinada, e com cópia do conteúdo do material publicado, constando o termo descrito do que foi veiculado

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.1.** A participante deverá apresentar no momento da licitação os seguintes documentos:
- 7.1.1. Licença para funcionamento como emissora de TV expedida pela Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações;
- 7.1.2. Atestado de Capacidade Técnica, expedido por entidades da Administração Pública,



emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado para os quais esteja ou tenha prestado serviços usuais e/ou semelhantes ao objeto da Proposta de Preços e que demonstrem o desempenho satisfatório da prestação de serviço de forma que comprove aptidão para o cumprimento do objeto.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 10.1.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;
- 10.1.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;
- 10.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;
- 10.1.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 10.1.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;



10.1.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.7. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Garantir que eventuais serviços necessários à substituição e ou manutenção de equipamentos não interfiram na qualidade e/ou provoquem a interrupção da distribuição do sinal, nos horários estabelecidos para a transmissão.

11.2. Indicar representante técnico com competência para proceder ao acompanhamento, fiscalização e informações sobre a execução do objeto.

11.3. Apresentar, quando solicitado, indicadores de alcance de transmissão (audiência) por dia e horário de exibição, em cada município.

11.4. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela veiculação do material, sem ônus para o Município, nos casos de incorreções.

11.5. A CONTRATADA deverá permitir que a execução dos serviços seja acompanhada pela Secretaria de Gabinete do Prefeito.

11.6. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

11.7. Ser o único responsável por todos os ônus tributários Federais, Estaduais e Municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita efetivação do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

11.8. Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao Município de Nova Friburgo/RJ ou a terceiros, provenientes da prestação do serviço, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público Municipal.



11.9. Manter durante a futura contratação, quando for o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas em eventual edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

11.10. Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

11.11. Fornecer e executar o objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, mediante requisição ou ordem de serviço, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo presente Termo e pela legislação aplicável.

11.12. Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que a prestação do serviço vier causar ao Município de Nova Friburgo/RJ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

11.13. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do Município de Nova Friburgo/RJ.

11.14. Cientificar, imediatamente, à Secretaria de Gabinete do Prefeito e/ou ao servidor designado / Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato, qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual.

11.15. Enviar obrigatoriamente, juntamente com a nota fiscal, cópia das certidões negativas do INSS, FGTS, DÉBITOS TRABALHISTAS.

12. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS E ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive, retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):



NOME	MAT.	GESTOR / FISCAL
Jéssica Labandeira da Silva	062.642	Gestor
José Roberto Ruiz de Azevedo	063.080	Gestor Substituto
Daniele Eddie da Costa Pinto	199.054	Fiscal
Willian Miranda Munhoz	062.135	Fiscal Substituto

13.3. O(s) fiscal(is) do contrato anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

14.2 Comete infração administrativa:

14.2.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.2.2 Apresentar documentação falsa;

14.2.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.2.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.2.5 Não manter a proposta;

14.2.6 Cometer fraude fiscal;

14.2.7 Comportar-se de modo inidôneo;

14.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os interessados, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento de preços.

14.4 Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

14.4.1 - Advertência;



14.4.2 - Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

14.4.3 - Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

14.4.4 - Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

14.4.5 - Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

14.4.6 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.4.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

14.4.8 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

14.4.9 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

14.4.10 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO E RESCISÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15.2. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria de Gabinete do Prefeito o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

15.3. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

15.3.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria de Gabinete do Prefeito;

15.3.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria de Gabinete do Prefeito.



15.4. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO E DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16.2. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

Nova Friburgo/RJ, 05 de agosto de 2023.

Jéssica Labandeira da Silva

Gestora do Processo

Mat. nº 062.642

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo O
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Mayra Martins

Secretária de Gabinete

Matrícula nº 62.003